

O TRABALHO FEMININO NA ESFERA PÚBLICA E AS REDES DE POLÍTICAS: NOVAS FORMAS ORGANIZACIONAIS RUMO AO GANHO SOCIAL

FEMALE WORK IN THE PUBLIC SPHERE AND POLICY NETWORKS: NEW ORGANIZATIONAL FORMS TOWARDS SOCIAL GAIN

doi.org/10.23925/2595-4865.2021v1n15.55936

Resumo:

O artigo ilustra as lutas e conquistas femininas no decorrer da formação do Estado correlacionando a temática das redes de política a seu favor. Aportado na revisão bibliográfica e nas categorias analíticas Redes de Políticas e Exclusão Social, a análise apontou aspectos polissêmicos a respeito do processo de alienação feminina na arena pública desde a constituição nacional, percebido na literatura de raiz patriarcal. Conclui-se que mesmo tendo sido desenvolvidas ações a este público, faz-se necessário sua preservação à busca de uma equidade nas relações de gênero, sobretudo nas questões que inferem na vida pública, de onde o trabalho se extrai.

Palavras-chave: Mulheres. Trabalho. Redes de Políticas.

Abstract:

The article illustrates the struggles and achievements of women during the formation of the State, correlating the theme of political networks in their favor. Based on the literature review and on the analytical categories Policy Networks and Social Exclusion, the analysis pointed out polysemic aspects regarding the process of female alienation in the public arena since the national constitution, perceived in literature with a patriarchal root. It is concluded that even though actions have been developed for this audience, it is necessary to preserve them in order to seek equity in gender relations, especially in matters that affect public life, from where work is extracted.

Keywords: Women. Work. Policy Networks.

INTRODUÇÃO

A consolidação da Constituição Federal de 1988 (por alguns pesquisadores nomeada como Constituição Cidadã) é incontestavelmente tida como marco da descentralização administrativa federal haja vista que, por ela, municípios viram-se na qualidade de entidades federativas titulares de direitos e deveres a seus cidadãos. Houve, de fato, o alargamento e ampliação de espaços de debate e participação popular nas políticas públicas (PPs) locais visto que inferem diretamente em suas vidas (TEODÓSIO; RESENDE, 2014).

Na temática da Administração Pública faz-se presente a necessidade de iniciativas orientadas a ação estatal, ora que o Estado não mais detém da centralidade legislativa e aos dilemas públicos locais. Posto isto se fez necessário mudanças orientadas a participação local ativa e conjunta, que favoreça a inserção de seus

cidadãos e dos múltiplos atores que compõem seu grupo societal, o que gera o aparecimento das redes de políticas (do inglês *policy networks* -PN-) (KLIJN; KOPPENJAN, 2012; KOPPENJAN; KOLIBA, 2013; KLIJN, 2016). Nisto, entende-se que nas etapas as quais compõem o ciclo de PPs, sobretudo sua implementação, iniciam-se com a colaboração de diversos indivíduos onde apresentam ao debate suas necessidades e expectativas sobre determinado tema nas instituições que integram/interagem.

Na ótica socioantropológica, Durkheim (1999) entende que o papel central das instituições é regular as atividades econômicas e as relações sociais que por ela emergem. Elas organizam, determinam os comportamentos (tanto das atividades econômicas quanto sociais) e regulamentam os conflitos através de regras próprias. As instituições, de tal modo, compartilham comportamentos e padrões que são prescritos ou descritos, ou seja, elas indicam ou representam o que as organizações e os indivíduos devem ou não fazer em determinadas circunstâncias, baseado nestas situações que são criadas as regras.

Peci (2006), alinhado de Durkheim, trabalha com a ideia das instituições enquanto fenômenos sociais relacionado ao construtivismo social, sendo que as organizações advêm de uma realidade constituída socialmente, sofrendo interferências do ambiente institucional. Como as instituições são definidas socialmente, amparado numa perspectiva institucional, deve-se considerar o aspecto dinâmico no ambiente nos quais as instituições estão inseridas. Como Carvalho, Vieira e Lopes (1999, p.6) explicam:

As organizações não são elementos sociais coletivos passivos e, por sua vez, modelam o próprio contexto, o que nos leva a traçar um quadro de interação complexa entre organizações e contextos em permanente movimento dinâmico, longe portanto de configurar uma relação determinista e inequívoca. A perspectiva institucional abandona a concepção de um ambiente formado exclusivamente por recursos humanos, materiais e econômicos para destacar a presença de elementos culturais – valores, símbolos, mitos, sistema de crenças e programas profissionais.

Fleury (2005), a favor da presença destes novos elementos a serem considerados, demonstra que as redes de políticas são consideradas por alguns pesquisadores como um método de observação da estrutura social ou, ainda, instrumento analítico das relações entre o poder público e outros atores. Assim, para

a autora, o estudo da formação e comportamento das redes é importante para compreender o vínculo entre seus interdependentes e criar a nova percepção de análise, uma vez que o foco sai do individual e desloca em direção as relações e ligações presentes coletivamente. Klijn (1998) não só coopera nesta perspectiva, como retrata as redes de políticas públicas como paradigmas mais ou menos estáveis de relações sociais entre sujeitos interdependentes e plurais, constituídas em torno das dificuldades e reivindicações apresentadas pela sociedade gerando, assim, programas públicos.

Klijn (1998) salienta, também, que é pouco possível determinada PPs, de qualquer importância, ser concebida como resultado da decisão exclusivamente pessoal, de um único ator. Segundo Fleury (2005), considera-se que num ambiente altamente institucionalizados, os laços estáveis entre organizações são responsáveis pelo fluxo contínuo de recursos e se realiza para além da perspectiva individual. Por esse motivo, o contexto institucional com múltiplas vivências é parte essencial na perspectiva das PN é necessário para perceber as reivindicações latentes presentes na sociedade, como o caso das mulheres excluídas por longos períodos da esfera pública. É neste debate que o artigo insere.

Metodologia

Metodologicamente ancorado na revisão bibliográfica, o ensaio propõe-se situar um panorama conceitual da temática de *Policy Network* e Exclusão Social com ênfase nas mulheres, ao mesmo tempo que correlaciona como sua participação na articulação destas redes oferta ações a seu favor na esfera pública. Para tal, o levantamento de produções científicas (livros; relatórios; leis; artigos; *sites* governamentais e afins) tiveram enfoque na realização deste ensaio visto que, neste método, trabalha-se com referenciais teóricos publicitados e problematizados, ofertando embasamento teórico necessário para reunir a temática que se propõe avaliar (RAUPP; BEUREN, 2006).

A totalidade de citações adveio em resposta ao fator de impacto das revistas – ou repositórios – que as produções integram/indexam. Quando impossibilitada a devida recuperação, buscou-se apresentar aqueles que tivessem construção teórica problematizadora nas temáticas norteadoras do artigo. A fase de levantamento material ocorreu entre 2020 a 2021 e a construção do artigo em ano subsequente, apropriando da técnica de análise de conteúdo.

A análise de conteúdo é tida como aporte descritivo e interpretativo (BARDIN, 1997), amplamente utilizada na Teoria das Representações Sociais, já que nos discursos (orais, escritos, visuais) as representações se materializam, tornando-se possível uma análise das ideias e das diferentes visões de mundo que as narrativas veiculam (JODELET, 1993; 2001). Sua aplicabilidade neste ensaio, como demonstram Henry e Moscovici (1968, p.36), justifica-se ao entender que:

L'analyse de contenu est un ensemble disparate de techniques utilisées pour traiter des matériaux linguistiques. Ces matériaux peuvent avoir été recueillis au moyen d'enquêtes ou d'interviews ou bien ce sont des matériaux « naturels », regroupés en vue d'une recherche, tels que des articles de journaux, des récits, des témoignages, des discours politiques, des œuvres littéraires, etc.¹

Nisto, na seção *“As redes de política e sua diversidade de atores: análises contemporâneas”* faz-se presente um levantamento conceitual da categoria analítica, sua aplicação nacionalmente e como reflete as favor das mulheres. Já a subseção *“A exclusão da Mulher na vida pública: questões de fundo”* promove o debate e problematização da exclusão feminina sofrida, especialmente, através do negligenciamento das suas atividades reveladas pela sexualização do trabalho e a raiz patriarcal do país.

Não menos importante, em *“Considerações finais: sob um debate inacabado e a necessidade de análises individualizadas”* propõe-se exibir um panorama daquilo apresentado no decorrer do artigo, os campos de avanços e dificuldades a este público, bem como as contribuições e limitações desta pesquisa. O trabalho, posto isto, encerra-se com as referências que nortearam sua execução.

REFERENCIAL TEÓRICO

As redes de política e sua diversidade de atores: análises contemporâneas

Marques (2005), comenta que as PN são, metaforicamente, um emaranhado de ações executadas pelos governos e autoridades públicas tendo seu processo de formulação resultante da interação entre o Estado e outros atores sociais, sejam entidades governamentais ou não governamentais, em contextos institucionais

¹ Em tradução livre para o português: “A análise de conteúdo é um conjunto distinto de técnicas usadas para processar materiais linguísticos. Esses materiais podem ter sido coletados por meio de pesquisas ou entrevistas, ou podem ser materiais <<naturais>>, agrupados para pesquisa, como artigos de jornal, histórias, depoimentos, discursos políticos, etc. obras literárias, etc.”.

intrínsecos. Souza (2007), coopera neste conceito ao enfatizar que as PPs definidas pelo Estado refletem nas realidades econômicas e sociais locais exigindo, para sua compreensão, uma análise das relações entre Estado, economia e sociedade.

Considerando que envolvem distintos atores sociais, vê-se que suas ações também são condicionadas pelo pertencimento a redes de relações interpessoais as quais se relacionam num amplo conjunto de questões, podendo destacar: maior pertinência teórica sobre as implicações da sua centralidade sobre o comportamento coletivo; o caráter das relações entre as organizações/sociedade e o reconhecimento de subgrupos na rede e a participação local com o levantamento de suas perspectivas e demandas (MIZRUCHI, 2006; CIMINO, 2021). Tal interdependência, entendido isto, advém entre atores públicos e privados onde a mobilização de forças entre essas esferas é primordial para a construção de PN, bem como para sua articulação de recursos e funcionamento (FLEURY, 2005).

É o que Jordana (1995) adverte ao criticar a apreciação das PPs numa perspectiva tão-só macro, desconsiderando as análises meso ou micro. Para ele, a noção mais amplamente aceita para caracterizar e obter êxito nas PPs emerge das *policy networks*, usada enquanto estrutura geral em contextos setoriais que envolvam agentes públicos e privados, sem pressupor nenhum modelo concreto ou partindo de uma ideia preconcebida sobre como as relações devem ser administradas. As necessidades locais, por fim, quem devem orientar sua exequibilidade.

Deve, assim, fundamentar-se nas análises micro para compreender o nível macro da sociologia e na relação existente entre as ações individuais e as estruturas sociais (DURKHEIM, 1999; PORTUGAL, 2007). Entende-se, pois, que apresentar sua perspectiva institucional coloca em evidência elementos sociais e culturais para conhecimento da sociedade, assim como nas organizações, além da identificação de valores primordiais de um contexto específico, demonstrando suas práticas organizacionais (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999; CIMINO, 2021) e seus processos de reivindicações e lutas.

Nesta égide, se antes as ações políticas emergiam distantes às realidades locais tendo formulação e concessão no campo federal e estadual, inicia-se um novo cenário o qual prioriza a interação entre a sociedade local, sua pluralidade de atores e os múltiplos segmentos que nela integram/interagem guiados a provisão de PPs (OSBORNE, 2006) que atendam suas expectativas, demandas, valores e simbolismos. Dentre eles, pode-se, por exemplo, destacar atores públicos municipais;

sindicatos; organizações privadas e da sociedade civil e movimentos reivindicatórios na busca de reconhecimento (MARQUES, 2019) a processos históricos de exclusão e lutas, como o caso das mulheres (BONETI, 2007; AZEVEDO, 2012; DAL POZZO; FURINI, 2010; COSTA, 2012; TEDESCHI, 2014; NEVES, 2014; COSTA; NUNES, 2014) e seu ingresso na esfera pública, objeto norteador deste artigo.

Destacando a situação das mulheres e seus ganhos com PPs a CF, dentre tantos outros aspectos, trouxe uma série de direitos, como o voto -já cedido em 1932 e consolidado em CF anterior e contido nesta- (AZEVEDO, 2012; TSE; 2020) tornava público o debate da igualdade de gênero, ao mesmo tempo que se atentou em ações de proteção; maternidade; saúde; trabalho, dentre outras. Em igual teor, a consolidação das Leis de Trabalho – CLT – (ASSUNÇÃO; ANJOS, 2018, p.26) “também inovou o campo dos direitos civis e sociais das mulheres [...] favoreceu a abertura de mecanismos e espaços para a implantação das políticas de gênero”, o que pouco (ou nada) se problematizava antes destas ações.

Com esses dispositivos legais institucionalizados, frutos de ampla discussão e tratados/acordos/pressões internacionais, há de se observar “quão recentes são algumas das conquistas para o gênero feminino do ponto de vista histórico. Há apenas 88 anos, as mulheres nem sequer participavam da vida política do país, uma vez que eram proibidas de votar” (TSE, 2020, on-line). Exige-se, pois, que constantemente necessitem promover ações organizatórias a favor dos seus direitos que precisam ser efetivados na prática (AZEVEDO, 2012; ASSUNÇÃO; ANJOS, 2018), visto que o próprio direito ao voto em si inicialmente contemplava tão-só mulheres casadas com anuência de seu esposo (ou viúvas com rendimentos próprios) estando amparada a todas unicamente em 1934 (TSE, 2020). Neste bojo, Costa e Nunes (2014, p.8) ressaltam que:

A reforma da agenda das políticas públicas com enfoque no gênero mostra-se importante, pois a desigualdade social existente entre os homens e as mulheres traz inúmeras consequências maléficas, tal como a pauperização das mulheres ou a feminização da pobreza, que significa, de forma simplista, que as mulheres são a maioria entre os pobres ou que sua renda não acompanha a dos homens, razão pela qual, os movimentos sociais passaram a defender a proposta de que as políticas públicas sociais e de combate à pobreza tenham como público alvo prioritário as mulheres.

Assim, a participação conjunta deste público no que se refere a construção/execução destes dispositivos legais revela-se como objeto a favor de uma democracia a qual priorize inclusão (PEREIRA; CKAGNAZAROFF, 2020; OSBORNE, 2006), no sentido *strictu* do termo, indo frente a sua condição excludente na arena pública. Considerar a existência de pluralidade num Estado, onde diversos indivíduos apresentam perspectivas distintas a determinado fenômeno social, é tornar amplo o debate para além do que é conveniente, ofertando contestações em questões latentes da sua formação histórica, como as relações de gênero com ênfase nas desigualdades entre mulheres e homens.

Existe, portanto, a abertura de problematizações e reivindicações a estratos sociais que antes não teriam lugar para isto orientados a seus ganhos seja ele qual for (pessoal, profissional, político, social e afins), como o caso das mulheres notadamente percebidas na literatura nacional exclusas da esfera pública em decorrência da construção social do país de regime patriarcal (AZEVEDO, 2012; DAL POZZO; FURINI, 2010; TEDESCHI, 2014; NEVES, 2014; COSTA; NUNES, 2014; TSE, 2020) e que buscam estabelecer suas identidades profissionais e o ganho social que por ela se revela ancorados nas PN a seu favor propondo, assim, “interpretar uma dada realidade vivida por esse segmento social notadamente marcado por relações históricas de desigualdade de gênero” (AZEVEDO, 2012, p.1).

A participação da Mulher na vida pública: questões de fundo

Os debates mais intensos e que tratam da inserção da mulher na vida pública remontam da Revolução Francesa, onde ganhavam destaque ao lutarem por seus direitos e melhoria da sua condição de vida precária e sem possibilidade de ascensão política ou profissionais. Num cenário que havia impedimento de voto, de ocupar cargos públicos e condicionadas a exercerem tão-somente cuidados da casa e filhos emergia reivindicações a tal situação (TEDESCHI, 2014). Como ilustrado por Assunção e Anjos (2018, p.5):

A Revolução Francesa trouxe uma nova perspectiva do papel da mulher na sociedade. Tendo em vista que as mulheres passaram a lutar por seus direitos em busca de melhores condições de vida e por equiparação de gêneros, primando pelo princípio de isonomia bem como a luta por algo que lhe é justo.

Reflexo de um fenômeno considerável e de amplitude global, o processo de lutas das mulheres não só alastrou por toda Europa, mas também alçou a América. Nisto, a efervescência desta situação no país promovia-se por manifestações e ações reivindicatórias, por tratados e pressões internacionais; pela a construção de agendas que pautassem as questões de igualdade de gênero; de tornar igual o acesso das mulheres ao trabalho; emprego; renda; saúde; educação e direito ao voto (AZEVEDO, 2012; ASSUNÇÃO; ANJOS, 2018; TSE, 2020). Como é percebido (ASSUNÇÃO; ANJOS, 2018, p.5 *apud* BARRETO, 2014):

O Brasil passou por um processo de transformação no contexto econômico, seguido por uma diminuição social referente a desigualdade de gêneros entre homens e mulheres, um marco histórico, devido ao advento do empreendedorismo, sendo uma ferramenta estratégica, possibilitando o processo de inserção no mercado de trabalho.

Assim, a inserção da mulher no mercado constantemente relaciona-se a busca de ações reivindicatórias onde não sejam tão-só reconhecidas como profissionais, mas sim asseguradas politicamente e valorizadas socialmente pelo o que desempenham. A literatura recente destaca e problematiza, também, sua busca pelo ingresso no mercado de trabalho para obtenção de renda; pela sua profissionalização; pelo sentimento de liberdade e autonomia entendido com conquista da cidadania revelado pela inserção econômica (AMORIM *et al.*, 2015); proteção a seus direitos humanos (ONU, 2017), assim como pela participação e reconhecimento nos espaços públicos e políticos que devem ocupar, oriundos de lutas reivindicatórias (CARNEIRO, 1994; COSTA; NUNES, 2014, PAULILO, 2016).

Trata-se, portanto, de ações que tentam reverter, questionar e dar visibilidade aos processos históricos de exclusão social e naturalização das desigualdades entre homens e mulheres que estruturaram a sociedade brasileira (PACHECO, 2009; NEVES, 2014; AMORIM *et al.*, 2015; AGUIAR, 2016; PAULILO, 2016; ONU, 2017), pois “a naturalização da inferioridade feminina foi construída culturalmente e trouxe como consequência o fato de as diferenças passarem a ser vistas como defeitos das mulheres, fortalecendo, assim, a perpetuação das desigualdades entre sexos” (AZEVEDO, 2012, p.34). Como enfatiza em sua análise:

A vida em sociedade no Brasil traz até os tempos atuais as marcas do legado patriarcal e da ética católica, fatores que corroboraram para o enraizamento da discriminação contra as mulheres e prejuízos que as vitimizam. Tais prejuízos abarcam restrições na vida social das mulheres, nas esferas pública e privada; no mundo do trabalho; no âmbito dos direitos políticos e trabalhistas; no direito à propriedade; na escolarização; na saúde e outros, enfim, direitos constitutivos para a construção da cidadania e da emancipação das mulheres (AZEVEDO, 2012, p.49).

Tal condição permite perceber as barreiras entre definir o que é atividade do lar e o que compete à prática mercantil das mulheres, haja vista que “nem sempre são assim percebidas ou explicitadas [...], porque estão duplamente voltadas para atender ao autoconsumo da família e produzir rendimento” (NEVES, 2014, p.27). Assim, “nessa concepção o trabalho feminino (doméstico = privado) passa a ser entendido como labor da/na casa, a serviço da família, que se realiza exclusivamente no âmbito privado e como esforço isolado, condição da ‘natureza’, como não-produtivo” (TEDESCHI, 2014, p.28).

Finalmente, conceituar seu ofício profissional na qualidade de ajuda limita a compreensão e atuação feminina nos espaços públicos e, conseqüentemente, na arena política. Uma evidência considerável de exclusão da mulher, quer seja no âmbito público ou privado, advém quando “sofre provação e nem sequer é capaz de avaliar claramente o seu grau de privação relativa” (SEN, 2004, p.224) pois, por vezes, “não são conscientes da desigualdade pois elas próprias veem naturalmente suas atividades ligadas à esfera doméstica–reprodutiva, ainda que tenham uma carga de trabalho excessivamente intensa e cansativa” (COSTA; NUNES, 2014, p.4). Assim, nas diversas formas de manifestações sociais e políticas a desfavor desta condição de invisibilidade do seu trabalho, verifica-se que uma das suas orientações se atém a modificar as representações sociais sobre sua condição, tendo assim identidade de trabalhadoras que resulta num ganho pessoal, emocional, profissional e social.

O fortalecimento feminino nas atividades profissionais oportuniza sensação de reconhecimento e pertencimento ao espaço onde vivem e convivem que, *a posteriori*, beneficia a valorização de sua identidade cultural e coletiva, visto que é através do trabalho que se resgata a memória local e as mudanças que estes atores experimentam com as transformações das sociedades modernas (SACCO DOS ANJOS *et al.*, 2005). É por meio dela que os indivíduos se tornam reconhecidos nas diversas esferas (social, política e econômica) conferindo, conjuntamente, o *status*

social “frente à sociedade global, o qual lhes afirma uma nova cidadania social e econômica” (DAJUI, 2006, p.17), tirando-lhes da exclusão social.

A análise realizada por Azevedo (2012) demonstra que mesmo alcançado algumas conquistas as mulheres necessitam manter-se continuamente organizadas a fim de que possam garantir a consolidação das ações políticas, moldando-as ou não em direitos que são de seu interesse. Carneiro (1994) também considera que os avanços das mulheres rurais somente são de fato reconhecidos como direitos quando atendem essencialmente: *i.* reivindicações relacionadas à condição socioeconômica (direcionados a sua realidade de obtenção de renda e acesso a bens de consumo e serviços e as PPs que interseccionam em suas vidas) e *ii.* reivindicações pela cidadania (direito ao trabalho socialmente reconhecido e ao que a ele se relaciona, tal qual ganho emocional, identitário e social que provém). É, nisto, que “a posição mais elevada e a independência feminina podem favorecer a redução das desigualdades contra o sexo feminino nas tomadas de decisões familiares, influenciando para a mudança social em geral” (SEN, 2004, p.234).

Apesar dos avanços nos dispositivos legais e institucionais, não se pode afirmar que tais conquistas estão disponíveis a todas as mulheres rurais. Assim, além dos aspectos objetivos e mensuráveis das políticas de inclusão (renda; escolaridade; assistência previdenciária; acesso a bens e serviços, dentre outros), há os aspectos subjetivos ligados ao acesso a essas políticas, à mudança de *status* e reconhecimento social do trabalho; à autonomia e participação social coletiva; às questões de representação social que permitem questionar aspectos positivos e negativos das conquistas, impasses e desafios recentes destas cidadãs.

Considerações finais: entre um debate inacabado e a necessidade de análises particularizadas

Propor a abordagem de um objeto diverso tal qual os processos de lutas, conquistas e reivindicações femininas na arena pública resulta em diversas análises disciplinares, desde a busca histórica de suas transformações e adaptações a contextos diferenciados, bem como os debates acadêmicos que recebe na literatura nacional frente aos estudos de desigualdade de gêneros. Nesse sentido, a pesquisa buscou o aprofundamento e compreensão teórica desse fenômeno correlacionando às questões de redes de políticas posto que são um instrumento de participação

diversa, em especial no momento de sua implementação, cooperando nas análises interdisciplinares de políticas públicas e exclusão social feminina.

Especificamente nesta observação, percebeu-se que os avanços constitucionais oportunizaram a amplitude do debate nesta temática, favoreceu a criação de políticas públicas a este grupo social, ao mesmo tempo que problematiza a necessidade de entender que o labor feminino não deve ser considerado como ajuda. Todavia, se a pesquisa demonstra tal avanço, há de se observar também a necessidade de se manterem organizadas no sentido de efetivar e garantir seus direitos sociais; políticos e culturais haja vista que ainda esbarram nas questões de gênero que determinam a visão de que lhes compete tão-só aquilo que é do lar e seu entorno.

Faz-se necessário uma releitura da condição de trabalho da mulher, objetivando remodelar a visão de que não lhes compete àquilo que é público ou de demarcar quais papéis são entendidos exclusivos de homens e quais competem às mulheres. Questão esta que a pesquisa não se viu capaz de contemplar e, por rebote, torna como possível caminho de problematização futura.

Não obstante, como demonstrado no decorrer deste trabalho, a construção nacional valorizando a visão patriarcal valorizando os papéis dos homens e omitindo a vida pública feminina corrobora nos impasses atuais de validarem suas conquistas e lutas haja vista esbarrarem nas questões de gênero e os papeis atribuídos ao gênero masculino e ao feminino. Por fim, percebe-se a necessidade e acompanhamento acadêmico e político deste tema, de modo a apresentar os campos de avanços e melhorias que objetivem a participação dessas cidadãs na sociedade, especialmente naquilo que afeta as políticas públicas. O que, de fato, este ensaio se propôs demonstrar.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Vilena. V. P. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. *Política & Sociedade*, p.261-295, 2016.

AMORIM, Érica. O.; FIÚZA, Ana. L. C.; PINTO, Neide. M. A. Mulher e trabalho no meio rural: como alcançar o empoderamento? *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia-MG, p.195-213, 2015.

AZEVEDO, Vilma. M. *Os desafios para o empoderamento da mulher agricultora a partir do Programa de Aquisição de Alimentos: o caso de Barbacena-MG (Dissertação de Mestrado)*. Universidade Federal de Viçosa-MG, Viçosa, MG, 2012.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BONETI, Lindomar. W. *Políticas públicas por dentro*. Ijuí (RS): Unijuí, 2007.

CARNEIRO, Maria. J. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 1994.

CARVALHO, Cristina. A. P.; VIEIRA Marcelo. M.; LOPES, Fernando. D. Contribuições da perspectiva institucional para análise das organizações. *In: Encontro Anual da Associação Nacional De Pós-Graduação Em Administração: ANPAD*, 1999.

CIMINO, Andréia. L. *Governança em rede de implementação de política pública para criança e adolescente no âmbito local (Dissertação de Mestrado)*. Universidade Federal de Viçosa-MG, Viçosa, MG, 2021.

COSTA, António. F. Desigualdades Globais. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.68, 2012.

COSTA, Marli. M.; NUNES, Josiane. B. A. Políticas Públicas de Gênero voltadas à Mulher do campo: uma caminhada em busca da cidadania, *In. XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, VII Mostra de Trabalhos Jurídicos Científicos*, 2014.

DAJUI, Esteban. M. *A construção da cidadania através da identidade socioprofissional das mulheres rurais que participam em programas de microfinanciamento (Tese de Doutorado)*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul-RS, 2006.

DAL POZZO, Clayton. F.; FURINI, Luciano. A. O conceito de Exclusão Social e sua discussão. Departamento de Geografia da FCT/UNESP. *Revista Geografia em Atos*, n.10, p.86-92, 2010.

DURKHEIM, Émile. Solidariedade orgânica e solidariedade contratual, 1999, p.184-220 *In: Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FLEURY, Sonia. Redes de políticas: novos desafios para a gestão pública. *Administração em Diálogo*, n.7, 2005.

HENRY, Paul; MOSCOVICI, Serge. Problèmes de l'analyse de contenu. *Langages*, 3^e année, 1986.

JODELET, Denise. Représentations sociales: un domaine en expansion, 1993, p.31-61. *In. JODELET, D. (Eds.) Les représentations sociales*. Paris: PUF, 1993.

_____. *Representações sociais: um domínio em expansão*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

JORDANA, Jacint. El análisis de los policy networks: ¿Una nueva perspectiva sobre la relación entre políticas públicas y Estado? *Gestión y Análisis de Políticas Públicas*, 1995.

KLIJN, E.H. Policy Networks: an overview. *In: KICKERT, W. J. M; KOPPENJAN, J.F. Managing Complex Networks*. London: SAGA, 1998.

KLIJN, Erik. H.; KOPPENJAN, Joop. Governance network theory: past, present and future. *Policy & Politics*, v. 40, 2012.

KLIJN, Erik. H. Redes de Política e Implementação: gerenciando interações complexas. *Governanças de Redes: economia, política e sociedade*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

KOPPENJAN, Joop; KOLIBA, Christopher. Transformations Towards New Public Governance: Can the New Paradigm Handle Complexity? *International Review of Public Administration*, p.1-8, 2013.

LEAL, Giuliana. F. A noção de exclusão social em debate: aplicabilidade e implicações para a intervenção prática. *In. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP*, 2004.

LOPES, José. R. “Exclusão social” e controle social: estratégias contemporâneas de redução da subjetividade. *Psicologia & Sociedade*; 18 (2), p.13-24, 2006.

MARQUES, Eduardo. C. L. Notas sobre redes, Estado e políticas públicas. *Cadernos de Saúde Pública*, v.35, 2019.

MIZRUCHI, Mark. S. Análise de redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. *Revista de Administração de Empresas*, v.46, 2006.

NEVES, Delma. P. *Mulheres e mercado de trabalho: afiliações e conquistas*. Rio de Janeiro, 2014.

OSBORNE, Stephen. P. The New Public Governance? *Public Management Review*, v.8, 2006.

ONU. Organização das Nações Unidas. *A importância das mulheres rurais no desenvolvimento sustentável do futuro*, 2017.

PACHECO, Maria. E. L. Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres. *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*, v.6, 2009.

PAULILO, Maria. I. *Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: Ufsc, 2016.

PECI, Alketa. A Nova Teoria Institucional em estudos organizacionais: uma abordagem crítica. *Caderno Ebape*, v.4, 2006.

PEREIRA, Breno. A. D.; CKAGNAZAROFF, Ivan. B. Contribuições para a consolidação da New Public Governance: identificação das dimensões para sua análise. *Cadernos EBAPE. BR*, 2020.

PIMBERT, Michel. Mulheres e soberania alimentar. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, v.6, n.4. Rio de Janeiro, 2009.

PORTUGAL, Sílvia. Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. Oficina do CES, n.271, Março 2007 (documento policopiado).

Raupp, Fabiano. M.; Beuren, Ilse. M. *Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais*. In.: Beuren, I. M. (Org). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

REIS, Elisa. P.; SCHWARTZMAN, Simon. Pobreza e Exclusão Social: aspectos sociopolíticos. Versão Preliminar, World Bank, 2002.

SACCO DOS ANJOS, Flávio.; GODOY, Wilson. I; CALDAS, Nadia. V. *As feiras-livres de Pelotas sob o império da globalização: perspectivas e tendências*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2005.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TEDESCHI, Losandro. A. *Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres*. Dourados: UFGD, 2014.

TEODÓSIO, Armindo. S. S.; RESENDE, Grazielle. A. Democratização de políticas sociais no Brasil: venturas e desventuras das organizações da sociedade civil. Civitas-Revista de Ciências Sociais, v.14, 2014.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral [online]. Voto da Mulher, 2021.